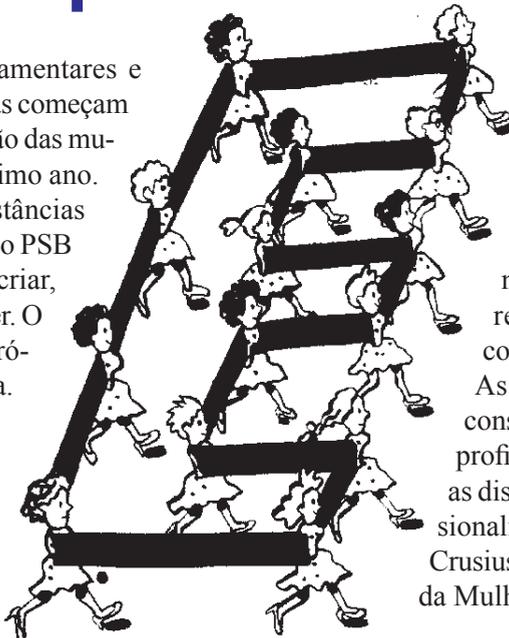


Mulheres se mobilizam para participar das eleições

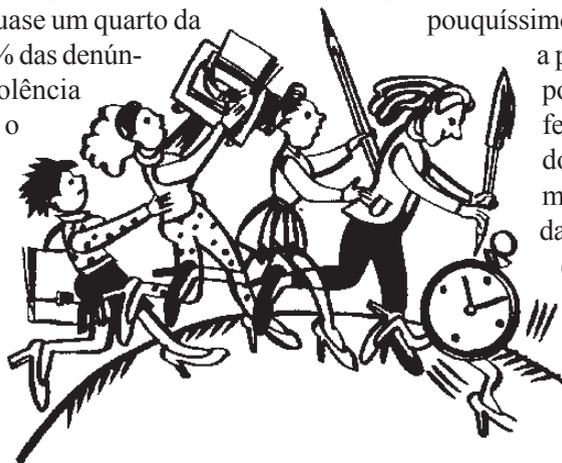
Os partidos políticos, ONGs, parlamentares e representantes de movimentos feministas começam a se organizar para garantir a participação das mulheres nas eleições municipais do próximo ano. Alguns partidos políticos definem instâncias femininas dentro de sua estrutura como o PSB (Partido Socialista Brasileiro) que vai criar, pela primeira vez, a Secretaria da Mulher. O PSDB vai oferecer cursos, a partir do próximo ano, para mulheres sobre política. O partido vai lançar a cartilha “Curso de Formação Política para Mulheres Tucanas”. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) também está pensando em organizar um projeto ou programa para avaliar a participação



das mulheres nas eleições/2000. O assunto está sendo discutido com a bancada feminina do Congresso Nacional. Em São Paulo, surge a ONG “Elas por Elas”, com o objetivo de capacitar a mulher para o ingresso na política e os estados começam a realizar encontros com mulheres para colocar em dia o tema eleições e mulher. As deputadas no Congresso Nacional já se conscientizaram que as mulheres têm que se profissionalizar cada vez mais para enfrentar as disputas eleitorais. “A eleição exige profissionalismo”, adverte a deputada federal Yeda Crusius (PSDB-RS), presidente do Secretariado da Mulher do partido. (Págs. 6 e 7)

Violência contra a mulher

No dia 25 de novembro – Dia Internacional da Não Violência Contra as Mulheres – os dados ainda assustam. As mulheres hoje são as grandes vítimas da violência doméstica. Nos Estados Unidos 20% das mulheres sofrem pelo menos um tipo de agressão física infligida pelo parceiro durante a vida. No Canadá a violência atinge quase um quarto da população feminina e no Paraguai 70% das denúncias nas Delegacias referem-se à violência doméstica. No final da década de 80 o IBGE constatou que 63% das vítimas de agressões físicas ocorridas no espaço doméstico eram mulheres. Pela primeira vez reconhecia-se oficialmente esse tipo específico de criminalidade. (Págs. 8 e 9)



Cone Sul discute Beijing+5

Cerca de 40 mulheres do Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile participaram em Montevideu, em outubro, do “Seminário Regional Cinco Anos após Beijing – Agenda das Mulheres para o Novo Milênio”. As representantes dos cinco países concluíram que os Governos têm implementado pouquíssimos pontos da Plataforma de Ação e que a participação feminina nas instâncias do poder é extremamente reduzida. Foram feitas duras críticas à respeito do impacto do projeto neoliberal no dia a dia das mulheres, que favorece a desarticulação das políticas públicas e as privatizações que extinguem programas sociais. Avaliou-se, também, que os Planos Nacionais para a implementação de Beijing+5, elaborados pelos Governos, não se traduzem em resultados práticos. (Pág. 10)

2 Mulher Negra

3 Mulher e Trabalho

4 Orçamento

Editorial

Em novembro comemora-se duas datas que não nos trazem boas lembranças. No Dia Nacional da Consciência Negra (20/11) os dados apontam, até hoje, para a tripla discriminação: racial, de gênero e social, que atinge as mulheres negras. No Dia Internacional da Não Violência Contra as Mulheres (25/11) a situação também é triste. Na América Latina e Caribe, por exemplo, de 25 a 50% das mulheres são vítimas de violência doméstica. Em algum momento de suas vidas, metade das latino-americanas sofrem violência dentro de casa. Mas estamos aí na luta, com reivindicações e projetos que ajudam a mudar esse quadro. E ainda falando em violência contra a mulher aguardamos a punição dos culpados do assassinato da prefeita de Mundo Novo, Dorcelina Folador.

As notícias boas ficam por conta dos partidos políticos que estão apostando nas mulheres, nas eleições do próximo ano. Eles estão oficializando instâncias dentro do partido que tratam da questão da mulher. As parlamentares no Congresso Nacional são unânimes em afirmar que chegou a hora de profissionalizar o processo de participação da mulher na política. Querem do partido recursos para a campanha, cursos de formação e mais espaço na disputa eleitoral. Em São Paulo, surge a ONG “Elas por Elas”, suprapartidária, com o objetivo de capacitar a mulher para o ingresso na política. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher já começa a se articular com a bancada feminina para realizar um projeto para discutir a participação das mulheres na eleição municipal do próximo ano.

E no Congresso Nacional começa a batalha de todo final de ano: garantir recursos do orçamento da União para os projetos de interesse da mulher. Uma das preocupações é conseguir três milhões de reais para construção e manutenção de Casas-Abrigo em todo o país, durante o ano de 2000. Nesta edição ainda temos informações sobre o Seminário Regional Cinco Anos

Mulheres denunciam impunidade em Mato Grosso do Sul

As mulheres de diferentes entidades que compõem o Fórum de Mulheres do Mato Grosso do Sul denunciaram, em carta, a impunidade no Estado e exigiram punição para o assassino e todos os implicados na morte da prefeita de Mundo Novo, Dorcelina Folador, que foi assassinada covardemente com seis tiros pelas costas. A carta foi encaminhada ao Presidente da República, ao Ministro da Justiça, ao governador do Mato Grosso do Sul, ao secretário de Segurança Pública do Mato Grosso do Sul, a Organizações Não-Governamentais e à imprensa.

Na carta, o Fórum de Mulheres do Mato Grosso do Sul destaca que Dorcelina foi capaz de romper com a condição de subalternidade imposta às mulheres e com determinação se tornou uma liderança, a ponto de ser eleita para o

cargo máximo de sua cidade. Sem medo, enfrentou o preconceito por ser mulher, deficiente e pobre. Dorcelina Folador, durante toda a sua campanha, denunciou exaustivamente o que chamava de “a máfia da fronteira”, por seu município ser considerado um corredor para o tráfico de tóxicos, mulheres e crianças. Como prefeita, Dorcelina se preocupou com a questão da mulher. Implantou a Casa da Gestante, criou creches, apoiou financeira e politicamente o projeto de alfabetização de mulheres adultas, coordenado pelo Movimento Popular de Mulheres, além de equipar o Hospital da cidade com aparelhos de mamografia e ultrassonografia, só encontrados nas grandes cidades de Mato Grosso do Sul. Como militante do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – lutou pela implantação da

Mulher negra

Em outubro, o presidente do INSP-IR – Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial – entregou ao Ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, o “Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho”. A pesquisa é inédita no Brasil e foi realizada pelo DIEESE. O objetivo foi traçar uma radiografia da situação da população negra no mercado de trabalho de seis regiões metropolitanas: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Distrito Federal e Salvador. A conclusão do trabalho mostrou que o racismo e a discriminação racial estão presentes em cada item pesquisado. Foram evidenciadas a existência e a reprodução de direitos diferentes e oportunidades desiguais

para a população negra. A pesquisa mostra, também, a situação de grande desvantagem da mulher negra. Ela, em termos salariais, está no último patamar da pirâmide. Ganha menos que o homem e a mulher brancos e o homem negro. Em todas as regiões as mulheres negras apresentam as maiores taxas de desemprego e ocupam, principalmente, o trabalho doméstico. Na opinião de Nilza Iraci, do Geledés – Instituto da Mulher Negra –, o Mapa se torna agora um instrumento de ação concreto que pode ser utilizado nas reivindicações por políticas públicas. Nilza destaca que hoje a mulher negra sofre uma tripla discriminação: de gênero, de cor e econômica (é mulher, negra e



CFEMEA
CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS
E ASSESSORIA

SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602, Ed. Venâncio 3000, 70718-900, Brasília-DF – Brasil
Telefone: (061) 328-1664 – Fax: (061) 328-2336
E-Mail: cfemea@cfemea.org.br
Home Page: <http://www.cfemea.org.br>

Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA

Equipe Responsável: Guacira César de Oliveira, Malô Simões Lopes e Almira Correia de Caldas Rodrigues.

Conselho Consultivo: Parlamentares: Deputadas Fátima Pelaes, Jandira Feghali, Laura Carneiro, Luci Choinacki, Maria Elvira, Rita Camata, Zulaiê Cobra. Deputados Eduardo Jorge, Fernando Gabeira, José Genoíno, Miro Teixeira, Paulo Paim. Senadora Emília Fernandes. Senadores Ademir Andrade, Lúcio Alcântara, Roberto Freire.

Feministas: Albertina Costa, Ana Alice Alcântara Costa, Ana Maria Rattes, Elizabete Oliveira Barreiros, Fátima Oliveira, Florisa Verucci, Heleith Saffioti, Jacqueline Pitanguy, Leilah Borges Costa, Luiza Bairois, Marah Régia, Margareth

Ariha, Maria Amélia Teles, Maria Aparecida Schumacher, Maria Berenice G. Delgado, Maria Helena Silva, Nair Goulart, Sônia Correia, Sueli Carneiro.

Comitê de Especialistas: Álvaro Villaça, Denise Dourado Dora, Elizabeth Garcez, Leila Linhares, Maria Bethânia Melo Ávila, Paola Cappellin Giuliane, Sílvia Pimentel, Vera Soares
Equipe CFEMEA: Adriano Fernandez Cavalcante, Almira Correia de Caldas Rodrigues, Catherine Braga Monteiro, Cláudia Almeida Teixeira, Daniel Schroeter Simião, Dyana Yzabel Azevedo Dias, Edna Maria Cristina Santos, Eliana Magalhães Graça, Fabiana Zamora, Glaci do Carmo Bren de Andrade, Guacira César de Oliveira, Iáris Ramalho Cortês, Malô Simões Lopes, Manoel Pinto Brandão da Silva, Mirla de Oliveira Maciel, Sônia Malheiros Miguel.

Assessores(as) Parlamentares: Daniel Schroeter Simião, Dyana Yzabel Azevedo Dias, Eliana Magalhães Graça

Jornalista Responsável: Edna Maria Cristina Santos
Composição e Arte Final: Adriano Fernandez Cavalcante
Impressão: Athalaia Gráfica e Editora Ltda – Brasília-DF
Apoio: Fundação Ford, Fundação MacArthur e UNIFEM.
Impressão: 6.000 exemplares.



Ações afirmativas no trabalho

Um estratégia para a igualdade

“Ações Afirmativas no Trabalho – Uma Estratégia para a Igualdade”, foi o tema apresentado pelo CFEMEA, no Seminário Mulher, Mercados e Relações de Trabalho, realizado pela Subcomissão Especial para Analisar a Situação da Mulher no Mercado de Trabalho, no auditório do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, no último dia 28.

Na sua fala, o CFEMEA procurou destacar as resistências enfrentadas pelo tema ações afirmativas, no Parlamento, ainda mais quando tais ações envolvem a adoção de incentivos fiscais, como é o caso do Projeto de Lei 2417/89, de autoria da Deputada Rita Camata

(PMDB-ES), visando regulamentar o Art. 7º, inciso XX da Constituição Federal, que prevê a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.

Aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR e na Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público – CTASP, este projeto encontra-se, desde 1991, na Comissão de Finanças e Tributação – CFT, não tendo conseguido avançar, apesar do parecer de dois relatores, pela adequação financeira, orçamentária e pelo mérito.

Mesmo não sendo um tema novo, observa-se que as ações afirmativas

ainda suscitam muitas dúvidas e divergências. Isto, apesar de persistir a situação de desvantagem da mulher frente ao mercado de trabalho, tanto em termos salariais, de oportunidade de capacitação e de ocupação de cargos de decisão nas empresas, como de posição nesse mercado, apesar do crescimento da escolaridade feminina. Isto demonstra a importância de iniciativas como esta, da formação da Subcomissão, pela CTASP, como forma de ampliar a discussão e esclarecer a opinião pública sobre assuntos importantes para a sociedade, mas que ainda enfrentam preconceitos e resistências em diversos segmentos.

Mulher e AIDS

No dia 1º de dezembro – Dia Mundial de Luta Contra a AIDS – as mulheres não têm muito o que comemorar. Dada as condições de pobreza e desigualdade social em que vivem as mulheres, particularmente as que vivem em países pobres, a AIDS tem se configurado como um dos mais graves problemas – tanto de saúde quanto social- que afetam a vida das mulheres.

De uma doença que no início era urbana e vista como um problema das grandes cidades das regiões Sudeste e Sul do país, ao longo destes 15 anos tem sido verificada a interiorização da epidemia. Em 1985 havia 10 municípios

no país com casos notificados de AIDS. Em 95 esse número passou para 950. Com exceção dos estados de SP, RS e SC, onde existe uma participação significativa do uso de drogas injetáveis na disseminação da epidemia entre mulheres, tanto pelo uso próprio quanto pelo uso por parte do parceiro – a interiorização da epidemia tem trazido também a sua heterossexualização.

No Brasil estima-se que existam hoje 537 mil pessoas entre 15 e 49 anos infectadas pelo HIV. As mulheres somam aproximadamente 204 mil. Destas cerca de três mil estão grávidas.

Mulher, Mercado e Relações de Trabalho

A Subcomissão Especial para Analisar a Situação da Mulher no Mercado de Trabalho, da Comissão de Trabalho da Câmara, realizou, no final de outubro, um seminário sobre o tema.

O Seminário Mulher, Mercados e Relações de Trabalho, realizado no dia 28 de outubro, na Câmara dos Deputados, ao constatar o crescente desemprego da mão-de-obra feminina, ao mesmo tempo em que aumenta a participação da mulher na renda da família apontou a necessidade de medidas na área do Executivo e na atualização da legislação, com o objetivo de valorizar a diferença feminina, buscando corrigir as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Reunindo centrais sindicais, parlamentares, pesquisadores e representantes do governo, o seminário encerrou uma programação desenvolvida pela subcomissão, formada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara Federal, para analisar a situação da mulher no mercado de trabalho. Foram quatro audiências públicas em Brasília e uma em Manaus. O objetivo central, como explica a presidente da Subco-

missão, deputada Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), foi reunir os vários segmentos envolvidos no debate sobre a situação da mulher no mercado de trabalho, para tirar propostas consensuais na formulação de uma estratégia para corrigir as desigualdades.

Propostas

A primeira meta, após o encerramento do seminário será propor, através de projeto de lei a instalação de Conselhos da Condição Feminina nos municípios, como forma de garantir fóruns de debate da situação da mulher no mercado de trabalho e outras iniciativas que garantam ações afirmativas para amenizar as desigualdades de gênero.

O relatório a ser entregue pela Subcomissão conterá ainda, alternativas para diversificar as funções das trabalhadoras nos locais de trabalho, equilibrar a representação homem/mulher no maior número possível de ocupações, apoiar a participação das trabalhadoras no desenvolvimento tecnológico interno à empresa, elevar o nível de qualificação e de consciência profissional das trabalhadoras engajadas nas empresas.



Emendas ao orçamento buscam recursos para mulheres

Duas comissões da Câmara estão apresentando emendas à Lei Orçamentária (LOA) e ao Plano Plurianual (PPA) para garantir recursos no Orçamento da União ao atendimento a direitos das mulheres. Todo ano as Comissões Permanentes da Câmara e do Senado apresentam emendas à LOA para garantir recursos e ações que não foram previstos na proposta enviada pelo Executivo. Além das emendas de comissão, que têm mais força de negociação, os parlamentares individualmente também podem apresentar propostas.

A Comissão de Direitos Humanos apresentou cinco emendas este ano, sendo que uma delas trata de assegurar recursos para Casas-Abrigo para

mulheres em situação de violência. Proposta em articulação com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e o CFEMEA, a emenda reserva 3 milhões de reais para construção e manutenção de Casas-Abrigo em todo o Brasil, durante o ano de 2.000. Se a emenda for aprovada na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, esse volume de recursos será considerado o montante autorizado pelo Congresso, a ser aplicado em projetos elaborados ao nível municipal e estadual e aprovados pelo Ministério da Justiça durante o ano que vem. Vale lembrar que parte desses recursos pode não ser disponibilizada pelo governo, tal como aconteceu este ano quando, de um

limite previsto de 8 milhões, o Executivo cortou a maior parte e liberou apenas 1,2 milhão para ser investido nos projetos.

Já a Comissão de Seguridade Social e Família aprovou emenda que reserva 35 milhões de reais para aquisição e distribuição de medicamentos e insumos estratégicos para o planejamento familiar. Pela proposta, que contou com articulação do CFEMEA e reservou recursos também do Plano Plurianual para os próximos 4 anos, isso seria suficiente para atender a quase 5 milhões de mulheres neste período. Esses recursos são fundamentais para que a lei do planejamento familiar, regulamentada desde 1997, comece a sair do papel.

Aprovado projeto sobre educação sexual

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 3 de novembro, o projeto da deputada Iara Bernardi (PT-SP) que obriga as escolas estaduais e municipais a criarem um programa de orientação sexual, prevenção de DST/AIDS e do uso abusivo de drogas. O projeto enfatiza a necessidade de a educação sexual e a discussão sobre a saúde e a sexualidade de crianças e adolescentes se dar de forma multidisciplinar, contínua e não restrita à sala de aula. Para isso, os programas criados pelas escolas, oferecidos em caráter facultativo aos alunos, devem seguir orientações do Conselho Nacional de Edu-

cação, discutidas em conjunto com o Ministério da Saúde.

Iniciativas como essa são importantes para assegurar o exercício consciente, livre e responsável da sexualidade de mulheres e homens, contribuindo para acabar com muitos dos preconceitos de gênero que ainda hoje são aprendidos e reproduzidos desde cedo, em especial no ambiente escolar.

O projeto já havia sido aprovado, em maio, pela Comissão de Seguridade Social e Família, e segue agora para apreciação da Comissão de Constituição Justiça e Redação, de onde, se aprovado, deverá seguir direto ao Senado Federal.

Senadores rejeitam incentivo a creches nas empresas

O plenário do Senado votou e aprovou, no último dia 17 de novembro, o Projeto de Lei da Câmara número 050, de 1995, que estende o direito a seguro desemprego às empregadas domésticas. O projeto foi apresentado, originalmente, pelo ex-deputado Jackson Pereira (PSDB-CE), em 1991, e, para virar lei, terá ainda que passar pela sanção presidencial. Como o projeto implica aumento das despesas com a previdência social, é grande a chance do presidente vir a vetá-lo, se não houver uma forte pressão da sociedade civil em favor do mesmo.

Apesar dessa vitória das trabalhadoras, o Senado não trouxe, este mês, apenas motivos para comemoração. Os senadores votaram em plenário, no dia 02 de novembro, o PLC 22/1995 do deputado Jabes Ribeiro (PSDB-BA), que concedia

incentivo fiscal à empresa que mantivesse creche e pré-escola para os filhos de seus empregados. O projeto já vinha da Comissão de Assuntos Sociais do Senado com um parecer contrário do relator, o ex-senador José Alves (PFL-SE). O plenário do Senado confirmou o parecer do relator, rejeitando o projeto. Junto com este, foi rejeitado o projeto PLC 211/93, do deputado Carlos Cardinal (PDT-RS), que tramitava em conjunto e obrigava as empresas com pelo menos 30 empregados (e não trinta mulheres, como disposto hoje) a disporem de local apropriado, onde seja permitido a esses empregados guardar, sob vigilância e assistência, os seus filhos, no período da amamentação. Infelizmente, ainda há muitos obstáculos a superar para fazer valer esse direito das crianças e dos pais que é tão importante para combater as

múltiplas jornadas de trabalho que as mulheres enfrentam ainda hoje.



Retomada a articulação da Bancada Feminina

A Bancada Feminina tem agora um informe quinzenal. Distribuído para os parlamentares no Congresso e através de mala direta para grupos de mulheres, o informe trará os destaques das ações conjuntas de deputadas e senadoras, em defesa dos interesses das mulheres. Este é apenas um dos resultados da retomada da articulação que está sendo feita pela Bancada desde agosto, quando foi eleita uma coordenação para suas atividades.

Durante o mês de novembro a Bancada se reuniu para determinar as ações e prioridades para os próximos meses. Após uma reunião com a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Solange Bentes, a coordenação da Bancada se comprometeu a levar para as demais parlamentares a proposta de buscar uma relação mais próxima com o Conselho, visando fortalecê-lo institucionalmente. Essa articulação motivou uma reunião da bancada no último dia 9 de novembro, que serviu igualmente para consolidar a integração entre as parlamentares. Em várias falas se destacou a importância de agir em conjunto, formando um sentido de coletividade e de solidariedade que permitam fazer caminhar os projetos de forma mais ágil. Na reunião, decidiu-se, ainda, ampliar a coordenação da Bancada, que conta

agora com as deputadas Jandira Feghali (PC do B-RJ), Iara Bernardi (PT-SP) e Maria Elvira (PMDB-MG) e as senadoras Emília Fernandes (PDT-RS) e Luzia Toledo (PSDB-ES).

Com relação ao CNDM, a Bancada decidiu apoiar o seu fortalecimento institucional, mas aguardará uma proposta concreta que está sendo discutida pelo Conselho. Outros destaques deste mês foram a idéia de reeditar a campanha “Mulheres Sem Medo do Poder”; a definição de atos políticos para marcar datas importantes para as mulheres; e a definição de projetos prioritários para aprovação até março do ano que vem. A Bancada definiu, ainda, que fará uma articulação especial com os relatores da Lei Orçamentária e do Plano Plurianual (PPA) para aprovar as emendas que assegurem o atendimento a direitos das mulheres no Orçamento da União. Aventou-se, também, a idéia de formar uma frente parlamentar em defesa dos direitos das mulheres.

Para fora do Congresso, a Bancada estará elaborando uma proposta de agenda na área de mulher e poder para o grupo formado pelo Poder Executivo que estrutura a participação do governo brasileiro na conferência de Beijing +5, que se realizará em Nova Iorque, de 5 a 9 de junho do ano que vem.

Senado aprova regulamentação da reforma da previdência

O projeto do governo que cria um redutor para o cálculo das aposentadorias e dificulta o acesso das mulheres ao salário-maternidade foi aprovado, este mês, na Comissão de Assuntos Sociais – CAS – e na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal – CCJ –, e já foi votado no Plenário. O projeto, que tramitou na Câmara em regime de urgência (PL 1527/99, veja as duas últimas edições do Fêmea) chegou ao Senado com a mesma pressa e já aguarda a sanção presidencial para virar lei. Ao chegar no Senado o projeto recebeu, como de praxe, um novo número (PLC 46/99), mas manteve o mesmo conteú-

do aprovado pelo plenário da Câmara no começo de outubro.

Na CAS, no dia 10 de novembro, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) apresentou um voto em separado, contrário ao parecer do relator, senador Geraldo Althof (PFL-SC) que recomendava a aprovação do projeto. Em seu voto, a senadora alagoana apresentava um substitutivo ao projeto, mas este foi rejeitado pela maioria dos senadores. Cabe destacar que, dois dias antes da votação, a senadora promoveu uma audiência pública com a sociedade civil para discutir a questão, em que ficou claro o quanto o projeto prejudica

aos trabalhadores e, em especial, às mulheres.

Na CCJ, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou igualmente um voto em separado, argumentando que o projeto é inconstitucional. O voto do senador Dutra, que teve o apoio do senador Roberto Freire (PPS-PE) se opunha ao parecer do relator, senador Romeu Tuma (PSDB-SP), que argumentava ser o projeto constitucional. Ao fim, a Comissão aprovou o parecer do relator, dando aval ao texto do projeto. A oposição, porém, garante que irá recorrer ao Supremo Tribunal Federal para que se reconheça a sua

Aborto legal

Agora é lei. As vítimas de estupro serão orientadas sobre o direito ao aborto legal. O prefeito do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde, aprovou, em outubro, na íntegra, o projeto de lei da vereadora Ana Lipke (PT-RJ) que obriga os servidores das unidades de saúde do município a informar as vítimas de estupro sobre o direito legal da realização do aborto, conforme determina o artigo 128 do Código Penal. A Lei 2.903/99 dá garantias às mulheres vítimas de estupro. Elas serão orientadas sobre onde buscar atendimento especiali-

zado e como fazer o registro policial. Cópias desta lei e avisos informando os nomes e endereços dos hospitais da rede pública para realização do aborto e a relação de delegacias de polícia e defesa da mulher estão sendo disponibilizados nas unidades municipais de saúde.

A deputada distrital Maria José Maninha (PT-DF) também apresentou um projeto com o mesmo conteúdo, que está ainda para ser votado na Câmara Legislativa. O projeto se baseia no fato de que, mesmo nos casos em

que o aborto é permitido por lei (estupro e risco de vida para a mulher), muitas mulheres não procuram os serviços capazes de realizá-lo por falta de informação. Outro projeto semelhante tramita na Câmara dos Deputados, de autoria do deputado Professor Luizinho (PT-SP).

A pesquisa “Aborto legal: as barreiras enfrentadas por mulheres vítimas de estupro no DF”, realizada pelo Núcleo de Estudos de Saúde Pública da UnB – Universidade de Brasília – confirma que as falhas no atendimento levam centenas de



Os partidos investem na mulher

Os partidos políticos estão apostando nas mulheres e vice-versa. É o que parece. Em apenas um ano alguns partidos como o PSDB, PTB e PSB estão se organizando para formar instâncias femininas dentro de sua estrutura partidária. Em abril deste ano, foi criado, através de Estatuto, a Comissão Provisória do PTB-Mulher de São Paulo. Hoje 22 estados já possuem comissões. Os objetivos são: descobrir lideranças políticas femininas, oferecer cursos de formação política para militantes e candidatas, apresentar conceitos teóricos básicos sobre política e discutir temas polêmicos de interesse da mulher. “O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) percebeu a importância da participação política da mulher nos seus quadros.

Não podemos perder essa oportunidade que, na realidade, fomos nós que conquistamos”, avalia Ika Fleury, presidente da Comissão Provisória do PTB-Mulher/SP e vice-presidente da Executiva Nacional do PTB-Mulher. Destacou também que uma das metas principais do PTB-Mulher é preparar as mulheres para as eleições municipais do próximo ano favorecendo o aumento de mulheres eleitas. “Todos os partidos ao longo dos anos deixaram de oferecer formação política, tanto para homens quanto para mulheres. Queremos investir agora nessa atividade para capacitar melhor as nossas mulheres que vão disputar as eleições municipais”, acrescenta.

De olho também nas eleições, o PSB (Partido Socialista Brasileiro) tem se organizado para criar, pela primeira vez, a Secretaria da Mulher. Grupos de mulheres de diferentes estados se reuniram em Brasília, de 26 a 28 de novembro no 7º Congresso Nacional do Partido para discutir o assunto. Segundo Mona Zen, da Secretaria do PSB-Mulher de São Paulo, o partido tradicionalmente já tem referências femininas fortes na política, como a deputada federal Lúiza Erundina que também é ex-prefeita de SP, Lídice da Mata, ex-prefeita de Salvador e Kátia Born, atual prefeita de Maceió. “São mulheres que governam e governaram cidades grandes e importantes. Foram testadas politicamente e obtiveram sucesso. Queremos manter essa linha”, concluiu. Mona destaca ainda que a Secretaria do PSB-Mulher

pretende fazer um mapeamento das candidatas que vão disputar as Prefeituras, oferecer cursos de formação política e principalmente discutir o apoio financeiro do partido às campanhas. “Temos que disputar as eleições em outras condições. Com profissionalismo e recursos financeiros disponíveis. Vamos cobrar essa postura do partido” afirma. Lembra ainda que a participação da mulher está crescendo em todos os partidos. Elas estão se destacando nas eleições locais. Estão sendo aceitas pela comunidade. São aceitas como boas administradoras e sem vínculos com a corrupção. “A sociedade está em busca de um novo modelo de comportamento na políti-



ca. Temos chances significativas”, avalia.

Com a maior bancada feminina no Congresso Nacional, 9 parlamentares, o PSDB tem recebido bem as mulheres, na avaliação da deputada Yeda Crusius (PSDB-RS), presidente do Secretariado da Mulher do PSDB criado oficialmente, através do estatuto, no ano passado. O partido também adotou cotas de 25% para as mulheres participarem da Executiva Nacional e o presidente nacional do partido, senador Teotônio Vilella Filho (PSDB-AL) autorizou os diretórios e executivas municipais e estaduais a adotarem o mesmo procedimento se desejarem. O partido também estruturou recentemente a Rede PSDB-Mulher, um programa que pretende organizar o Movimento Feminino dentro do partido, motivar a participação da mulher na política, preparar as mulheres para a disputa eleitoral do próximo ano e discutir recursos para as campanhas. Nesse último item a deputada destaca que agora as candidatas têm que ir para o embate estruturadas. “Temos que saber que não somos um grupo Lions

ou Clube de Mães. A eleição exige profissionalismo”. O partido vai oferecer até o próximo ano, 10 cursos regionais acompanhados de uma Cartilha “Curso de Formação Política para Mulheres Tucanas”.

A deputada federal Iara Bernardi (PT-SP) acredita que a maioria dos partidos políticos vêm se sensibilizando com a participação das mulheres nas eleições. Eles têm procurado, inclusive, atrair aquelas que se destacam na comunidade, através de seu trabalho, para disputar as eleições. Segundo a deputada o eleitorado feminino interessa aos partidos. Eles querem agora que as mulheres se candidatem e também que elas se elejam. Iara Bernardi destaca que o PT já tem uma forma mais aberta de lidar com a presença e participação das mulheres na política. Foi o primeiro partido que instituiu o sistema de cotas para mulheres no âmbito federal, estadual e municipal. Iara lembra que foi a primeira vereadora de sua cidade, Sorocaba cumprindo três mandatos e agora assume a Câmara Federal pela primeira vez. A deputada apresentou na Câmara um projeto de lei que defende a continuidade do sistema de cotas para mulheres nas eleições.

Conselho da Mulher

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) também quer ver as mulheres na política. No próximo ano já está prevista a realização de um trabalho de esclarecimento sobre a importância das mulheres participarem da vida política. A forma de como esse trabalho vai ser operacionalizado, (seminário, cartilha, ou debate) ainda não está definida. A presidente do CNDM, Solange Bentes já está conversando com a bancada feminina do Congresso sobre o assunto. “Sempre tive como uma das metas realizar esse trabalho no Conselho. É muito importante fazê-lo principalmente no próximo ano quando serão realizadas as eleições municipais. Na minha opinião, o empoderamento das mulheres é fundamental. Favorece a auto estima das mulheres, facilita a adoção de políticas públicas que nos beneficiem e gera mudanças culturais”, ressalta Solange. O trabalho está previsto para ser realizado no primeiro semestre no próximo ano.



Sem medo do poder

Maria Estela Segatto Corrêa

A criação da Organização Não-Governamental “Elas por Elas na Política”, no dia 28 de agosto último, em São Paulo, representou um significativo avanço que transcende a luta por uma participação mais efetiva da mulher na política brasileira. Na verdade, ao estabelecer como objetivo a capacitação das mulheres para a disputa e o exercício de cargos eletivos, a entidade está, em última análise, contribuindo para o aprimoramento da prática política no país.

A participação da mulher na vida pública das grandes democracias do planeta, hoje, é inegável fator de desenvolvimento de sistemas sociais mais justos, capazes de incorporar de forma harmônica as diferenças de gênero e a diversidade cultural e étnica, presentes na maioria das sociedades modernas. O exercício da tolerância, a sensibilidade para entender as mais díspares visões de vida e a capacidade de dar abrigo às múltiplas tendências do comportamento humano, características comuns na maioria das mulheres, reservam a elas papel preponderante na transformação da política em instrumento a serviço da cidadania.

A experiência da participação política da mulher em todo o mundo tem demonstrado que ela transfere para

a administração do bem público os valores políticos que orientam a sua atividade cotidiana, tanto profissional como no âmbito da família. Essas constatações, no entanto, não têm sido suficientes para que a mulher ocupe o espaço que lhe é devido na vida pública brasileira, tanto por falta de estímulo e preparo, como de conscientização acerca da necessidade de influir nos



destinos da nação e no aprimoramento das nossas instituições.

Foram esses alguns dos fatores determinantes para que um grupo de mulheres profissionais, com atuação em diversos campos, identificadas com as questões de gênero, se reunisse ao longo deste ano para discutir o fortalecimento do papel da mulher no

cenário político brasileiro. Inspiradas pela eficiente forma de atuação da “EMILY’s List” – organização que capacita mulheres norte-americanas, do Partido Democrata, e apóia financeiramente suas candidaturas a cargos eletivos – e pela repercussão da campanha “Mulheres sem Medo do Poder”, esse grupo empenhou-se na organização de uma entidade suprapartidária, auto-governada, com o objetivo de capacitar a mulher para o ingresso na política.

A semente está plantada, já existe até o interesse pela criação de representações regionais da entidade, como em Curitiba. No entanto, o trabalho que nos aguarda é árduo. Temos que identificar, recrutar e treinar mulheres para a disputa de cargos eletivos; elaborar uma agenda básica de defesa das políticas públicas de gênero; organizar campanhas de mobilização pelo voto na mulher; e, em uma segunda etapa, captar recursos que viabilizem essas candidaturas.

A simples leitura das tarefas à nossa frente evidencia tratar-se de uma proposta ambiciosa. O entusiasmo que nos move, no entanto, haverá de ser suficiente para nos conduzir nessa jornada, permitindo-nos superar os obstáculos e começar a delinear os limites de um novo tempo, onde a mulher irá ocupar plenamente o seu espaço político e

Maria Estela Segatto Corrêa – Presidente da ONG “Elas por Elas na Política”.

Mulher na política no Paraná

O grupo “Movimentação” realizou, em agosto, o I Encontro Paranaense Mulheres na Política, em Ponta Grossa, Paraná. Cerca de 300 mulheres, representantes de 22 municípios, Secretárias de Estado e a Presidente do Conselho da Mulher do Paraná participaram do Encontro que terminou com a elaboração da “Carta de Ponta Grossa”. Na carta, foram listadas as principais questões debatidas sobre a interferência da política em várias áreas, como: direito, educação, cultura, partidos políticos, etc. Sobre os partidos a Carta define a ampliação do espaço feminino na atividade político-partidária, favorecendo a formação de quadros para a atuação de qualidade no processo político-eleitoral. A coordenação do evento recomendou que as mulheres se filiassem até o dia 30 de setembro, como primeiro passo para a garantia de uma candidatura às eleições do próximo ano. A participação no processo eleitoral foi o objetivo maior

de toda a discussão que ocorreu a partir da iniciativa do grupo “Movimentação”.

Especificamente em relação à Ponta Grossa, a professora Tereza Jussara Luporini, da Coordenação do evento, disse que ficou estabelecido um calendário de reuniões permanentes, com o objetivo de aprofundar o debate, em torno de uma participação efetiva nas eleições do próximo ano, especialmente para a Câmara Municipal, ainda que exista o desejo, segundo ela, de se buscar espaço para a composição de uma chapa no pleito majoritário, seja na indicação de uma mulher candidata à Prefeitura, seja, inclusive, para integrar a chapa na condição de vice-prefeita. “Para nós o fundamental é a participação na definição dos nomes”, afirma Tereza, ressaltando ainda que as mulheres não estão buscando nenhum tipo de competição. Querem é a chance de participar.



Pela eliminação da violência contra a mulher

Fátima Oliveira

O reconhecimento por parte da ONU do dia 25 (Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher) significa que o assunto tornou-se oficialmente, um tema digno de relevância e de ação internacional. Um assunto de interesse público e que os governos que integram a ONU, mais de 180 países, precisam assumir mais e mais a responsabilidade que lhes cabe na atenção à violência que se abate sobre as mulheres na vida privada e pública.

O Movimento Feminista, em todo o mundo, desde a década de 1970 tem se posicionado contra a violência de gênero e buscado dar visibilidade ao problema através de denúncias e de projetos pilotos de atenção às mulheres em situação de violência. No Brasil, nos anos 70, criamos o SOS Mulher e os grupos de auto-ajuda. Realizamos memoráveis eventos públicos e acompanhamos julgamentos de assassinos de mulheres exigindo punição sob o lema “o silêncio e a impunidade são cúmplices da violência”.

Dentre as conquistas que mudaram o cotidiano de parte das mulheres, destaca-se o reconhecimento pela ONU da violência contra a mulher como um tema legítimo de direitos humanos nos anos 90. No Brasil presenciamos

o aumento do debate sobre o assunto e a formulação de políticas públicas na área da segurança: criação de Delegacias de Mulheres (uma invenção brasileira que vários países adotaram) e casas-abrigo para mulheres em “risco de vida”, e também nos anos 90 aumentou a compreensão de que a violência contra a mulher é também uma questão de saúde pública relevante.

No Brasil até agora contamos somente com 255 “Delegacias da Mulher”. Apenas 90 casas-abrigo. Alguns estados possuem Serviços de Atenção à Mulher Vítima de



Violência Sexual (não chegam a uma dezena) e apenas 17 hospitais realizam Aborto Previsto em Lei. Lembrando que temos 5.507 muni-

cípios e o acesso às DMs ainda é um privilégio de pouquíssimas mulheres. A maioria das Delegacias está sucateada e crescem as denúncias da desatenção, falta de privacidade, por ocasião da queixa e até maus tratos.

Cabe ressaltar que o entendimento de que a violência de gênero é também um problema de saúde pública é um “grande salto” teórico e político, além do que levou a OMS (Organização Mundial de Saúde) a reconhecer que a violência contra a mulher afeta a integridade física e a saúde mental. Agora os governos precisam adequar os serviços de saúde para acolhimento e atenção à mulher em situação de violência.

Mas é fato também que há dificuldades e resistência entre profissionais de saúde, no mundo, no entendimento da violência de gênero como um tema pertinente à saúde pública. Tornar realidade a atenção às mulheres violentadas nos serviços de saúde exige ainda uma grande luta, que é conscientizar instituições e profissionais de saúde do papel que lhes cabe desempenhar em um contexto de integração com uma rede de serviços que inclua polícia, judiciário e demais serviços de apoio.

Fátima Oliveira – Médica Coordenadora da Regional MG da Rede Saúde e Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Deputado destaca programa no Mato Grosso do Sul

A violência contra as mulheres também foi tema de um discurso do deputado João Grandão (PT/MS), no plenário da Câmara, no último dia 27 de outubro. O deputado destacou a importância de um programa que vem sendo implementado em seu estado para prevenir e punir a violência contra mulheres. Elaborado pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher do governo do Mato Grosso do Sul, o “Programa de Combate à Violência Contra a Mulher” propõe ações concretas tanto em termos preventivos, visando à mudança de valores culturais e de comportamento, quanto em termos de combate imediato, por meio das Delegacias Especializadas

e Centros de Atendimento à Mulher.

Com relação à prevenção, o deputado destacou uma estratégia de comunicação que envolve a produção de material educativo, gráfico ou televisivo, que codifique procedimentos capazes de incentivar a visão igualitária dos sexos e de eliminar as imagens distorcidas, negativas e estereotipadas que se acumularam em torno da mulher; a disseminação de mensagens contra a violência, veiculadas em contas de água, luz e telefone, por exemplo, e a promoção de convênios com universidades, visando inserir nas atividades acadêmicas questões relativas à análise dos gêneros. Também destacou ações

ligadas a educação, como a capacitação de especialistas e pedagogos para atuação em toda a rede pública estadual e ainda organização de atividades culturais.

O programa prevê também ações punitivas aos agressores e de atendimento integral às mulheres, como a reabilitação das Delegacias da Mulher.

Segundo o deputado, “buscando reverter as visões estereotipadas, que se perpetuam nas relações familiares, sociais e profissionais, o Programa contribuirá de forma decisiva para a inclusão da mulher na vida política e econômica do estado, garantindo-lhe a cidadania e o exercício pleno e integral



Temos o direito de viver sem violência

**Deputada Federal
Iara Bernardi (PT-SP)**

No dia 25 de novembro, mulheres do mundo inteiro celebram o “Dia Internacional da Não-Violência Contra as Mulheres”. Atualmente, milhares de mulheres ainda vivem o drama da violência física, emocional e sexual como uma questão que diz respeito à privacidade de cada uma, como se ela estivesse envolvida num manto invisível de hipocrisia: sentido por todos, mas rodeado pelo silêncio cúmplice da sociedade. Esta violência só vai acabar quando for rompida a barreira do medo, da vergonha e da crença pela impunidade. As vítimas de violência devem buscar ajuda e denunciar seus agressores. Esta violência deve ser tratada como uma questão pública, um problema social, que deve ser objeto de ação governamental.

A violência contra a mulher, atualmente denominada “violência de gênero”, ocorre tanto no espaço privado quanto no espaço público e pode ser cometido por familiares ou outras pessoas que vivem no mesmo domicílio (violência doméstica) e até mesmo por pessoas sem relação de parentesco e

que não convivem sob o mesmo teto. A violência contra a mulher é uma das formas mais comuns de manifestação de violência e, no entanto, uma das mais invisíveis, sendo uma das violações dos direitos humanos mais praticadas e menos reconhecidas do mundo. Trata-se de um fenômeno mundial que não respeita fronteiras de classe social, raça/etnia, religião, idade e grau de escolaridade.

No Brasil a situação é bastante grave. Segundo a Sociedade Mundial de Vitimologia, com sede na Holanda, e que pesquisou a violência doméstica em 138 mil mulheres em 54 países, foi constatado que 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica. A cada 4 minutos, uma mulher é agredida em seu próprio lar por uma pessoa com quem mantém relações de afeto. Esta é uma situação que merece a nossa luta para deixar de existir.

Nas cidades da região como Sorocaba e Araçoiaba da Serra, já é possível a mulher encontrar o apoio necessário para sair de uma situação de violência, principalmente a doméstica, através do trabalho que é feito pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM). Quando fui vereadora, apresentei um projeto de lei que foi aprovado

e instituiu a Casa Albergue, para abrigar as mulheres vítimas de violência doméstica. Muitas mulheres de Sorocaba e região já passaram por este apoio e puderam recuperar sua dignidade.

Na Câmara dos Deputados, apresentei o projeto de lei que dispõe sobre o atendimento às mulheres vítimas de violência sexual. Este projeto visa o atendimento integral e imediato que esses casos exigem em todos os hospitais públicos que tenham Pronto Socorro e Serviço de Ginecologia, para que a mulher tenha atendimento digno, com amparo psicológico e facilitação do registro de ocorrência e encaminhamento a delegacias especializadas, com informações que possam ser úteis para a identificação do agressor e comprovação da violência sexual.

Não Podemos nos calar diante de situações de violência contra a mulher, já que, “mais do que o corpo, a violência machuca a alma, destrói os sonhos



Violência doméstica

A questão da violência doméstica – ou intrafamiliar – ainda não está suficientemente dimensionada e só agora começa a se tornar mais visível. Não se conhece a incidência desse fenômeno no Brasil, principalmente por falta de dados absolutos que forneçam um número mínimo de variáveis necessárias à descrição analítica do conjunto.

No final da década de 80 o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) constatou que 63% das vítimas de agressões físicas ocorridas no espaço doméstico eram mulheres. Pela primeira vez reconhecia-se oficialmente esse tipo específico de criminalidade. Hoje, novos estudos e levantamentos vêm sendo feitos por órgãos estaduais e ONGs contribuindo para tornar o problema ainda mais visível.

A pesquisa “Violência Doméstica: questão de polícia e sociedade” coordenada pela professora Heleieth Saffiotti, da PUC/SP traça um panorama nacional da violência doméstica no Brasil a partir dos casos registrados em delegacias policiais. Desde 1994 o estudo vem analisando mais de 170 mil boletins de ocorrências de Delegacias da Mulher de 22 capitais, além de cidades do interior de São Paulo. Estão também sendo estudados 849 processos criminais instaurados a partir das denúncias de duas Delegacias de

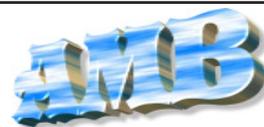
São Paulo. A finalização da pesquisa está prevista para o ano 2000.

Os primeiros resultados apurados em São Paulo mostram que as lesões corporais são a principal queixa levada pelas mulheres às Delegacias. Já os processos analisados até agora apontam que 81,5% dos casos se referem a lesões corporais dolosas, o que significa que as evidências de agressão foram suficientes para que a Polícia levasse o caso à Justiça. Dos casos restantes, 4,47% se referem a estupro ou atentado violento ao pudor, 7,7% a ameaças e 1,53% a seduções. Metade das mulheres agredidas tem entre 30 e 40 anos.

Algumas informações sugerem uma mudança na mentalidade das mulheres que hoje buscam ajuda mais cedo. Na primeira e terceira Delegacias da Mulher de São Paulo o número de queixas de ameaças aumentou, mas caiu o número de registros por agressões. Entretanto, o que pode parecer um avanço também revela uma contradição quando se comparam estas informações com a quantidade de processos sem conclusão: 70% foram arquivados, na maioria dos casos por intervenção da própria agredida, que altera seu depoimento diante das promessas do companheiro em mudar de atitude. Por fim a Justiça também contribuiu para a impunidade: em 21% dos casos estudados os acusados



Seminário do Cone Sul discute Beijing+5



Télia Negrão

Como evento preparatório da participação das organizações e articulações não governamentais em Beijing+5, realizou-se em Montevideu, nos dias 13, 14 e 15 de outubro, o *Seminário Regional 5 Anos após Beijing – Agenda das Mulheres para o Novo Milênio*, que reuniu cerca de 40 mulheres do Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile, na discussão sobre os avanços na organização e articulação das organizações de mulheres nos países do Cone Sul.

Foi uma oportunidade de conhecer e intercambiar experiências de monitoramento dos compromissos assumidos na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, as conquistas alcançadas e dificuldades enfrentadas, bem como as dúvidas e aprendizagens deste processo, que também envolve relações entre sociedade civil e Estado. Conheceu-se um pouco mais do trabalho e metodologia adotadas por redes temáticas latino-americanas e globais no monitoramento das resoluções das Conferências das Nações Unidas. Representantes do CLADEM – Comitê Latino Americano e do Caribe de Defesa dos Direitos da Mulher, da Rede de Saúde da Mulher latino-americana, Rede de Educação Popular entre Mulheres, do Observatório da Cidadania e da rede Mulher e Habitat, estiveram apresentando suas experiências.

O Seminário, organizado pela entidade Cotidiano Mujer, contou com o apoio do UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento para a Mulher das Nações Unidas. Do Brasil, participaram sete mulheres das diversas regiões do país, representando a AMB. Seis delas são da Coordenação Executiva Nacional: Guacira-DF, Schuma-RJ, Telia-RS, Rurani-GO, Concita-AC e Carla-PE, além de Liege-SP, que é a representante da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos no Comitê Nacional da AMB.

Pontos em comum

A constatação de que os governos têm implementado pouquíssimos pontos da Plataforma de Ação e que a participação feminina nas instâncias de poder é extremamente reduzida, foi a tônica dos

informes apresentados. Uma dura crítica foi feita a respeito do impacto do projeto neoliberal sobre a vida cotidiana das mulheres, através da desarticulação das políticas públicas, das privatizações que inviabilizam ou simplesmente extinguem programas sociais demandados pelas mulheres, em especial nas áreas de saúde, assistência social e combate à violência.

Avaliou-se que os chamados planos nacionais para a implementação de Beijing, elaborados pelos governos alinhando as prioridades nacionais de cada país, têm significado mais uma pauta, do que compromissos efetivamente concretizados.

A situação das várias articulações que vem sendo feitas em cada país também reforçou a idéia da diversidade, pois são vários os caminhos percorridos para garantir políticas públicas. O caso uruguaio mereceu especial atenção, por se ter criado uma Comissão Nacional de Seguimento a Beijing resultante de assembleias realizadas em todos os pontos do país, que elegeram suas representantes e suas prioridades. Já a Argentina realiza o monitoramento por frentes de atuação, em que cada ONG, grupo ou movimento, ou em conjunto, estabelece metas e atua de forma isolada. “Foi o caminho para driblar os enormes conflitos internos”, explicou a representante daquele país. No Paraguai, as organizações de mulheres se articularam na Coordenação de Mulheres Paraguaianas, que tem representação numa Comissão Oficial para a Implementação do Plano de Igualdade de Oportunidades, constituída também pela Secretaria da Mulher – uma espécie de Ministério da Mulher daquele país – e por representante

das Nações Unidas.

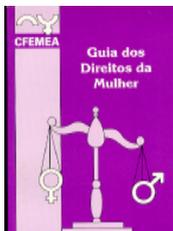
O encontro viabilizou a discussão sobre estratégias de ação do movimento de mulheres do Cone Sul com vistas à VIII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, considerada estratégica no caminho para Beijing+5, inclusive porque às suas vésperas as mulheres latino-americanas estarão reunidas em Lima, num grande Fórum das Organizações da Sociedade Civil.

Também em Montevideu, nestes mesmos dias, estava acontecendo uma outra reunião das representantes de organismos governamentais de defesa das mulheres dos cinco países do Cone Sul. A agenda de ambos os seminários previa uma reunião conjunta. E apesar das debilidades das representações governamentais – a Argentina e Uruguai estavam em eleições presidenciais, tendo vencido até o momento as oposições; e o Brasil estava representado por Lícia Peres, ex-integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, uma vez que o CNDM encontrava-se em fase de transição – foi possível assumir alguns compromissos no sentido do fortalecimento dos Conselhos Nacionais, do estabelecimento de canais de negociação e consulta entre as organizações do movimento de mulheres e os organismos governamentais no processo de Beijing + 5, bem como para envidar esforços que viabilizem a participação das organizações da sociedade civil nos

Télia Negrão – jornalista, compõe a Coordenação Executiva Nacional da AMB e integrou a delegação brasileira no Seminário 5 Anos após Beijing – Agenda das Mulheres para o Novo Milênio.

Data	Evento	Local
Novembro de 1999	Reunião do Comitê Nacional de Organização Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe	Santiago, Chile
11 de novembro	Reunião do Comitê Nacional de Organização Regional para Beijing+5	Brasília, DF
6 e 7 de dezembro 1999	Oficina Nacional de Observação da Cidadania para Beijing+5	Rio de Janeiro, RJ
8 de dezembro	Reunião do Conselho Executivo Nacional de Articulação de Mulheres Brasileiras	Rio de Janeiro, RJ
13 a 15 de dezembro	Reunião do Conselho Executivo Nacional de Articulação de Mulheres Brasileiras	Montevideu
4 a 7 de fevereiro de 2000	Fórum das Organizações da Sociedade Civil para a VIII Conferência Regional	Lima, Peru
8 a 10 de fevereiro de 2000	VIII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe	Lima, Peru
21 de fevereiro	Reunião do Conselho Executivo Nacional para Beijing+5	Washington, EUA
20 de fevereiro a 1 de março de 2000	II Reunião do Comitê Preparatório para Beijing+5	Washington, EUA
23 a 25 de abril de 2000	Reunião do Comitê Nacional de Organização de Mulheres Brasileiras	José Pessoa, Paraíba
27 de maio de 2000	Reunião do Conselho Executivo Nacional para Beijing+5	Washington, EUA
5 a 10 de junho de 2000	Beijing+5 – Cúpula Especial de Mulheres da América Latina e Caribe, Mulheres 2000 – Igualdade de Gênero, Desenvolvimento e Paz	Washington, EUA





Sou cidadã, conheço meus direitos

Violência Contra a Mulher

Direito a não-Violência

O dia 25 de novembro foi instituído como o Dia Internacional da não Violência contra a Mulher em 1981 e, desde então, o movimento organizado de mulheres realiza campanhas e eventos em torno da data, buscando combater a violência que infringe a mulher sob as mais diversas formas.

Neste número dedicaremos esta página para falar um pouco da violência intrafamiliar, pois este tema está na pauta dos direitos humanos e se tem buscado mostrar que este tipo de violência, até pouco tempo invisível e assunto proibido, deve ser da responsabilidade de toda a sociedade, como um problema de saúde pública.

Legislação que trata do combate à violência

O Brasil já assinou vários tratados internacionais onde a violência doméstica aparece como uma questão que deve ser eliminada. Nossa Constituição Federal estabelece a obrigatoriedade do Estado criar mecanismos para coibir a violência no âmbito da família, diz que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e adolescente e afirma que os Tratados e Convenções Internacionais assinados pelo governo brasileiro têm *status* constitucional.

Temos o Código Penal Brasileiro e algumas leis ordinárias que tratam desses crimes, que podem ser utilizados quando necessário, apesar de não possuímos ainda uma lei específica contra a violência intrafamiliar, aos moldes das recomendações constantes dos tratados internacionais.

Violência Doméstica na família brasileira

Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no final da década de 80, constatou que 63% das vítimas de agressões físicas ocorridas no espaço doméstico eram mulheres. Dessas agressões, a mais comum é a lesão corporal. Outros tipos de violência, muito comuns dentro de casa são: ameaça, abandono material (Fêmea n. 62 – março/98), atentado violento ao pudor e estupro (Fêmea n. 65 – junho/98).

Lesão Corporal

A lesão corporal pode se apresentar de diversas formas: agressões físicas como socos, bofetões, pontapés ou agressões com qualquer tipo de objeto capaz de machucar ou prejudicar a saúde da pessoa.

A lesão corporal pode ser de natureza leve, grave ou gravíssima.

A lesão corporal de natureza leve é aquela que não causa grande ofensa à integridade corporal ou à saúde da pessoa, embora deixe também um trauma psicológico muito grande.

É considerada lesão corporal de natureza grave a agressão que resulta:

- incapacidade para as ocupações habituais, por mais

de 30 dias;

- perigo de vida;
- debilidade permanente de membro, sentido ou função;
- aceleração de parto.

É lesão corporal de natureza gravíssima, se resulta:

- incapacidade permanente para o trabalho;
- enfermidade incurável;
- perda ou inutilização de membro, sentido ou função;
- deformidade permanente;
- aborto.

O que fazer em caso de lesão corporal

- pedir ajuda;
- ir para um lugar seguro;
- se a lesão causou ferimento, procurar um serviço de saúde;
- registrar a queixa na Delegacia de Polícia (de preferência na Delegacia da Mulher);
- exigir da Delegacia o Boletim de Ocorrência (BO) e uma guia para exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML).

A pena varia: reclusão de um a cinco anos (natureza grave) e reclusão, de quatro a oito anos (natureza gravíssima). Podendo ser diminuída, aumentada ou ser substituída por uma multa.

A vítima de lesões corporais pode, além da ação penal, mover uma ação civil contra o agressor para que este repare o dano causado. É necessário um advogado ou a Defensoria Pública.

Ameaça

Ameaçar é intimidar, causar medo ou prometer fazer algum mal a alguém ou a pessoa de sua família, por exemplo: ameaçar de morte ou de agressão física.

A ameaça pode ser feita por palavra, escrito ou gesto. Pode também ser feita com objetos que servem como armas. Exemplo: tesouras, facas, machados, martelos, revólveres, etc.

Em caso de AMEAÇA recomenda-se que a pessoa:

- saia imediatamente de junto do ameaçador e procure ajuda de qualquer pessoa;
- vá a Delegacia (de preferência a DEAM) e preste queixa, guardando o BO;
- indique testemunhas, se houver;
- se a ameaça vier de estranhos, a queixa deve ser feita, dando-se os maiores detalhes possíveis sobre quem está ameaçando: altura, cor, tipo de cabelo, olhos, roupa, tatuagem, cicatriz etc.

Para o crime de ameaça a pena é de detenção, de 1 a 6 meses ou multa.

Subsídios extraídos do Dossiê Violência Contra a Mulher – Rede Nacional Feminista de Saúde e

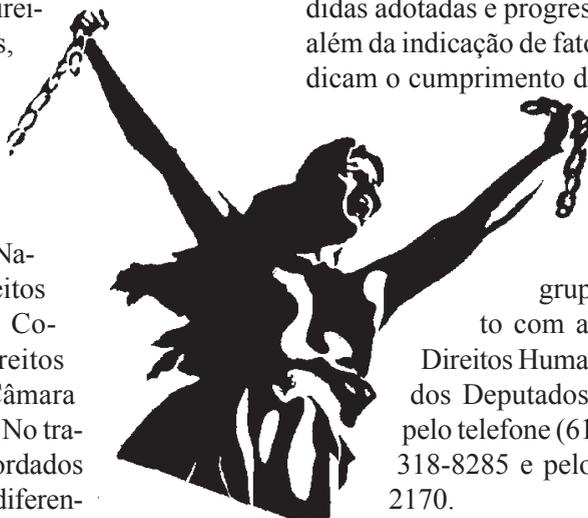


A C O N T E C E

Direitos humanos

A IV Conferência Nacional de Direitos Humanos realizada em Brasília no início do ano decidiu elaborar um relatório da Sociedade Civil que será apresentado para o Governo, apurando a situação dos direitos econômicos, sociais e culturais no país. A Coordenação da atividade ficará à cargo do Movimento Nacional dos Direitos Humanos e da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. No trabalho, serão abordados 18 temas sobre diferen-

tes assuntos: família, saúde, moradia, alimentação, discriminação e desigualdades, gênero, previdência social, etc. O relatório deverá conter informações sobre os temas informando sobre medidas adotadas e progressos realizados além da indicação de fatores que prejudicam o cumprimento das obrigações.



Se você deseja oferecer dados e análises sobre cada um dos

grupos faça contato com a Comissão de

Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Informações pelo telefone (61) 318-8284 ou 318-8285 e pelo fax (61)318-2170.

Saúde reprodutiva e sexualidade

O Programa de Saúde Reprodutiva e Sexualidade, sob a Coordenação da Dra. Elza Berquó, abre as inscrições para a 9ª Edição do Programa de Estudos em Saúde Reprodutiva e Sexualidade a se realizar em Campinas de 8 a 26 de maio de 2000. O objetivo do Programa é equipar o profissional que atua na área de saúde reprodutiva e sexualidade com conhecimentos e informações atualizadas sempre com uma abordagem que privilegia as relações sociais de classe, gênero, raça e etnia. Maiores informações na home page www.unicamp.br/nepo/eventos.

Saúde da mulher

A OMS – Organização Mundial de Saúde –, a London School of Tropicology, a Faculdade de Medicina da USP e o SOS Corpo vão realizar uma pesquisa no ano 2000 sobre “Saúde da Mulher e Direitos Humanos” na zona da Mata de Pernambuco.

O trabalho faz parte de uma pesquisa internacional coordenada pela OMS que também será realizada em outros cinco países. Para esta pesquisa estão sendo selecionadas: entrevistadoras (30 vagas – só mulheres), enumeradores(as) e codificadores(as) (3 vagas) e digitadores(as) (2 vagas).

Os pré-requisitos são: formação superior e interesse pelos direitos humanos das mulheres. Maiores informações com SOS Corpo, pelo telefone (81)445-2086 ou pelo e-mail soscorpo@elogica.com.br.

Mulher e AIDS

O Centro da Mulher 8 de março, da Paraíba, está desenvolvendo a Campanha – Combate a Feminização da Aids e Prevenção ao Câncer de Colo Uterino e de Mama – junto a comunidades periféricas. Com a duração de um ano a Campanha pretende atingir 120 mulheres donas-de-casa e 200 jovens adolescentes da Escola Estadual Osvaldo Pessoa através de visitas domiciliares, seminários, oficinas, palestras e campanhas. O objetivo da Campanha é orientar, informar e conscientizar as mulheres e os jovens sobre saúde, sexualidade e direitos reprodutivos, com ênfase na prevenção às DSTs, a vulnerabilidade das mulheres frente à AIDS, gravidez indesejada, câncer de colo de útero e de mama. As informações podem ser obtidas pelo telefone (83) 241-4625, pelo fax (83)241-6828 ou pelo e-mail cm8mar@netwaybbs.com.br.

Dossiê Mulher e AIDS

O Dossiê foi elaborado pela RedeSaúde, especialmente para o trabalho das organizações de mulheres com profissionais da imprensa. Além de estatísticas e informações atualizadas, o Dossiê Mulher e AIDS traz indicações sobre prevenção e assistência, perfil das mulheres soropositivas, comportamento sexual e uso de preservativo, transmissão vertical, etc. Maiores informações pelo telefone (11) 813-9767 e 814-4970.

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria
SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602 – Ed. Venâncio 3000
70718-900 – Brasília-DF – Brasil

Fêmea

IMPRESSO

